



## SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

### Relatório da Administração

## PERSPECTIVAS E OPORTUNIDADES

Em 2019, os resultados operacionais da Companhia continuaram crescendo. A reestruturação organizacional iniciada em 2016 prosseguiu ano passado, se voltando principalmente para as áreas operacional e comercial. No segundo semestre de 2019, com o suporte de uma consultoria de primeira linha, a Companhia conduziu um planejamento estratégico de longo prazo, com foco na expansão e competitividade dos negócios.

Parcerias comerciais de longo prazo são importantes para reduzir a volatilidade nos resultados, beneficiando todos os stakeholders da Companhia. Neste contexto, a Santos Brasil está bem posicionada para atender o crescimento orgânico dos clientes, bem como celebrar novos contratos, em todas as unidades de negócio. No Teccon Santos, o acordo comercial com um dos maiores clientes da Companhia, em vigor há mais de 10 anos, vencerá em março de 2021, com a expectativa de que seja renovado. Contratos com outras empresas de navegação foram renovados no início de 2020, com reajustes acima da inflação, refletindo o maior equilíbrio entre oferta e demanda no Porto de Santos. A expectativa é de que uma recomposição de preços se intensifique nos próximos anos, corrigindo a distorção que o excesso de capacidade e a crise econômica que o País enfrentou entre 2014 e 2017 provocaram no box rate (preço do serviço de embarque e desembarque de contêineres nos navios) no Porto de Santos.

Em novembro de 2019, a Santos Port Authority (antiga CODESP) realizou uma licitação para a exploração provisória de três áreas na região do Sabão, na margem direita do Porto de Santos. A Companhia apresentou a melhor proposta para a Área 2, onde realizará a exploração transitória de uma área de 42.000 m<sup>2</sup>, pelo prazo de 180 dias, através da movimentação de carga geral (e.g. celulose e veículos). A conquista deste contrato reforça o posicionamento da Santos Brasil no Porto de Santos, também a partir da margem direita, permitindo-lhe ampliar a oferta de serviços à sua base atual e potencial de clientes, bem como diversificar as cargas operadas pela Companhia.

No Teccon Vila do Conde, os investimentos realizados em 2018 e 2019 na compra de equipamentos novos, na modernização da infraestrutura do terminal e na expansão da área de armazenagem aumentaram a capacidade dinâmica de movimentação de contêineres em aproximadamente 50%, para 217 mil TEU ao ano. As melhorias seguem agora com a implantação de tecnologia em diversos processos operacionais, seguindo o padrão utilizado no Teccon Santos. A expectativa para 2020 é que as exportações de commodities minerais e agrícolas da região Norte do País continue crescendo e sendo escoadas pelo Teccon Vila do Conde. O fluxo de cargas entre o Norte e o Sul do País, através da navegação costeira, também deverá impulsionar os volumes no terminal.

Em Imbituba, a perspectiva é que haja um aumento na movimentação de carga geral do TCG com, por exemplo, madeira, produtos siderúrgicos e grãos. Na operação de contêineres, a Companhia continua com esforços comerciais para fechar novos contratos.

Na operação do Terminal de Veículos, apesar da projeção da ANFAVEA de um crescimento de 9,4% na produção doméstica de veículos, as exportações para o mercado argentino devem continuar em ritmo lento, impactando o volume do terminal. Em contrapartida, com o aquecimento da economia brasileira, a importação de veículos pode se recuperar e, em conjunto com uma potencial melhora também no mix de veículos pesados, compensar os volumes fracos de exportação.

Quanto à Santos Brasil Logística, a perspectiva é de melhora na rentabilidade dos contratos, através de uma gestão de custos mais eficaz, possibilitando uma melhor precificação dos serviços, além do crescimento das operações logísticas customizadas, que possuem maior valor agregado. O potencial aumento das importações no Porto de Santos, seguindo a perspectiva de um crescimento mais robusto do PIB do País, deve também impulsionar os volumes de armazenagem e, portanto, o resultado da operação de logística integrada da Companhia.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### Desempenho operacional

UNIDADES	2019	2018	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Operações de cais - contêineres	1.169.014	1.084.487	7,8%
Contêineres Cheios	898.046	837.297	7,3%
Contêineres Vazios	270.968	247.190	9,6%
Operações de cais - carga geral (ton)	191.740	135.990	41,0%
Operações de armazenagem	141.295	115.509	22,3%
<b>LOGÍSTICA</b>			
Operações de armazenagem	56.330	54.288	3,8%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Veículos movimentados	177.699	241.921	-26,5%
Exportação	153.916	206.921	-25,6%
Importação	23.783	35.000	-32,0%

### TERMINAIS PORTUÁRIOS

UNIDADES	2019	2018	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
<b>Teccon Santos</b>	1.016.793	917.327	10,8%
Contêineres Cheios	811.400	742.238	9,3%
Contêineres Vazios	205.393	175.089	17,3%
Carga Geral (ton)	-	-	-
<b>Teccon Imbituba</b>	47.959	64.294	-25,4%
Contêineres Cheios	28.094	39.781	-29,4%
Contêineres Vazios	19.865	24.513	-19,0%
Carga Geral (ton)	190.165	134.971	40,9%
<b>Teccon Vila do Conde</b>	104.262	102.866	1,4%
Contêineres Cheios	58.552	55.278	5,9%
Contêineres Vazios	45.710	47.588	-3,9%
Carga Geral (ton)	1.579	1.018	55,1%

A consolidação das três operações de contêineres no segmento de Terminais Portuários apresentou crescimento de 7,8% no volume operado em 2019, totalizando 1.169.014 contêineres movimentados. O mix de contêineres cheios registrado pela Companhia em 2019 foi de 76,8% (77,2% em 2018).

O volume de contêineres do Porto de Santos praticamente não cresceu em 2019. Por outro lado, o Teccon Santos apresentou aumento de 10,8% na movimentação em relação ao ano anterior, para 1.016.793 contêineres (1.661.217 TEU). Este volume representa uma utilização de 83,1% da capacidade do terminal (versus 72,3% em 2018). A participação de mercado do terminal no Porto de Santos subiu para 39,5%, de 35,4% em 2018. Os destaques em volume foram os serviços com rota para a Ásia, que apresentaram crescimento superior aos demais serviços de longo curso com rotas para Europa e América do Norte. Um dos serviços asiáticos, liderado pela Maersk, iniciou as operações no Teccon Santos no primeiro trimestre de 2019. O outro serviço asiático, iniciado em 2018 pelo armador PIL, aumentou de tamanho com a união dos armadores Cosco, Evergreen e CMA CGM, passando a operar com escalas semanais e com cinco navios adicionais a partir de junho de 2019.

O volume de movimentação de contêineres cheios e vazios no Teccon Santos subiu 9,3% e 17,3%, respectivamente. Na movimentação de contêineres cheios de longo curso, houve crescimento de 36,6% na importação (230.225 unidades) e de 5,0% na exportação (215.302 unidades) em comparação a 2018.

O Teccon Imbituba movimentou 47.959 contêineres em 2019, uma queda de 25,4% comparada a 2018, explicada pela descontinuação do serviço asiático ASAS em janeiro de 2019. O ASAS deixou de existir devido à reorganização dos serviços asiáticos dos armadores Maersk, Hamburg Süd, MSC e Hapag Lloyd na Costa Leste da América do Sul.

Em 2019, o volume de contêineres movimentados no Teccon Vila do Conde apresentou crescimento de 1,4% em relação a 2018, totalizando 104.262 contêineres. As exportações cresceram 1,3% em 2019, apesar da diminuição nos embarques de manganeés devido ao processo de desestocagem do minério na China durante o segundo semestre do ano. O volume de importação também foi impactado no último trimestre de 2019 devido à queda na movimentação de contêineres vazios.

As operações de armazenagem da Santos Brasil Logística totalizaram 56.330 contêineres em 2019, uma alta de 3,8% em relação a 2018. A partir de maio, houve menor captação de contêineres na margem direita do Porto de Santos pelo CLIA Santos, decorrência da migração de serviços que operavam no terminal Libra Santos para a DPW Santos, este localizado na margem esquerda do Porto.

O Terminal de Veículos movimentou 177.699 veículos em 2019, uma queda de 26,5% em relação a 2018, causada tanto pelas menores importações, devido à recuperação lenta da economia doméstica, quanto pela brusca queda nas exportações de veículos para o mercado argentino.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

### Receita Bruta dos Serviços

R\$ milhões	2019	2018	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	788,3	730,4	7,9%
Operações de cais	438,6	402,2	9,1%
Operações de armazenagem	349,6	328,2	6,5%
<b>LOGÍSTICA</b>	292,1	300,1	-2,7%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	64,7	69,3	-6,6%
Eliminações	-9,8	-14,2	-31,0%
<b>Consolidado</b>	1.135,3	1.085,6	4,6%

A receita bruta consolidada da Companhia cresceu 4,6% em 2019 em relação a 2018. A partir de agosto de 2019, a Santos Port Authority (antiga CODESP) passou a cobrar a TUP (Tarifa de Utilização Portuária) diretamente do armador, antes faturada contra os terminais portuários. A Companhia descontou o valor da TUP dos preços praticados (box rate), referentes à movimentação de contêineres no caso do Teccon Santos. Desta maneira, torna-se prejudicada a comparação entre as receitas das operações de cais de 2019 em relação ao ano anterior.

A receita bruta de operações de cais apresentou alta de 9,1% em 2019, com o maior volume de movimentação de contêineres. Seguindo a mesma tendência, a receita bruta de armazenagem dentro do segmento de Terminais Portuários cresceu 6,5%, influenciada principalmente pelo crescimento das importações.

Na Logística, houve queda de 2,7% na receita bruta, reflexo da deterioração no mix de carga fragmentada (LCL - less than container), no primeiro semestre do ano, e menor captação de contêineres na margem direita do Porto de Santos pelo CLIA Santos a partir de maio. A queda das exportações de veículos para a Argentina e a recuperação lenta da economia doméstica impactaram o volume de movimentação do TEV, com reflexo na receita bruta do TEV, que apresentou queda de 6,6% em 2019.

### Receita Líquida dos Serviços

R\$ milhões	2019	2018	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	690,8	632,3	9,3%
Operações de cais	395,4	358,3	10,4%
Operações de armazenagem	295,4	274,0	7,8%
<b>LOGÍSTICA</b>	237,2	245,0	-3,2%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	53,5	57,1	-6,3%
Eliminações	-9,0	-12,9	-30,2%
<b>Consolidado</b>	972,5	921,5	5,5%

A receita líquida consolidada totalizou R\$972,5 milhões em 2019, com crescimento de 5,5% em relação à observada em 2018.

### Custo dos Serviços Prestados

R\$ milhões	2019	2018	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Custos com movimentação	104,8	125,1	-16,2%
Custos com pessoal	236,0	193,2	22,2%
Depreciação e amortização	100,0	92,7	7,9%
Outros custos	91,1	84,6	7,7%
<b>Total</b>	532,0	495,6	7,3%
<b>LOGÍSTICA</b>			
Custos com movimentação	70,0	63,0	11,3%
Custos com pessoal	53,9	52,7	2,3%
Depreciação e amortização	16,5	13,0	27,9%
Outros custos	26,3	25,0	5,2%
<b>Total</b>	166,8	153,6	8,2%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Custos com movimentação	12,9	17,7	-27,9%
Depreciação e amortização	15,4	14,8	4,1%
Outros custos	4,4	5,4	-17,0%
<b>Total</b>	32,7	37,9	-13,9%
<b>Eliminações</b>	-9,0	-12,9	-29,7%
<b>Consolidado</b>	722,5	674,2	7,1%

Os custos dos serviços prestados de 2019 da Companhia somaram R\$722,5 milhões, representando uma alta de 7,1% em relação a 2018. O maior impacto foi causado por custos não-gerenciais, sendo a reestruturação da folha de pagamentos o principal deles. Houve, entretanto, um efeito líquido negativo não-recorrente no montante de R\$8,7 milhões que contribuiu para aumentar os custos em 2019. Dentre os itens não-recorrentes, o principal foi o pagamento de indenizações e rescisões trabalhistas. O detalhamento dos itens não-recorrentes de 2019 está descrito no tópico "EBITDA e Margem EBITDA" deste relatório.

Nos custos com movimentação, essencialmente de natureza variável, da operação de Terminais Portuários, mais especificamente do Teccon Santos, destacam-se dois eventos que contribuíram para a queda observada em relação a 2018: (i) o fim da obrigatoriedade de contratação de mão de obra avulsa, desde março de 2019 e (ii) a mudança no regime de cobrança da taxa portuária (TUP) pela Santos Port Authority (antiga CODESP), que passou a ser recolhida diretamente dos armadores a partir de agosto de 2019. Desta forma, a comparação com os custos do ano anterior fica prejudicada.

### Despesas Operacionais

R\$ milhões	2019	2018	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Vendas	41,0	42,4	-3,3%
Gerais, administrativas e outras	11,4	20,0	-43,0%
Depreciação e amortização	0,1	0,1	-
<b>Total</b>	52,5	62,5	-16,0%
<b>LOGÍSTICA</b>			
Vendas	64,2	70,9	-9,4%
Gerais, administrativas e outras	6,1	5,2	17,3%
Depreciação e amortização	0,1	0,0	-
<b>Total</b>	70,4	76,1	-7,5%
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Vendas	2,6	2,2	18,2%
Gerais, administrativas e outras	0,7	0,6	16,7%
Depreciação e amortização	0,0	0,0	-
<b>Total</b>	3,3	2,8	17,9%
<b>CORPORATIVO</b>			
Gerais e administrativas	34,3	37,0	-7,3%
Depreciação e amortização	3,6	3,6	-
<b>Total</b>	37,9	40,6	-6,7%
<b>Consolidado</b>	164,0	182,0	-9,8%

As despesas da Companhia em 2019 somaram R\$164,0 milhões, uma queda de 9,8% em relação a 2018. Houve, entretanto, um efeito líquido positivo não-recorrente no montante de R\$8,4 milhões que contribuiu para reduzir o montante de despesas operacionais em 2019. Dentre os itens não-recorrentes, o principal foi um ganho extraordinário proveniente de um acordo judicial que determinou o pagamento de R\$12,5 milhões por parte da empresa Shanghai Zhenhua, pela utilização do cais do Teccon Santos, entre maio e junho de 2009, por um navio que apresentou problemas técnicos. O detalhamento dos demais itens não-recorrentes de 2019 está descrito no tópico "EBITDA e Margem EBITDA" deste relatório.

### EBITDA e Margem EBITDA

R\$ milhões	2019	2019	2019	2018	2018	2018	Margem	%
	Realizado	Pró-forma	Pró-forma*	Realizado	Pró-forma	Pró-forma*	pró-forma*	Variação
Terminais Portuários	206,4	124,9	181,1	167,0	93,2	147,7	14,7%	34,0%
Logística*	16,6	10,3	4,3%	28,3	28,3	11,5%	-63,6%	
Terminal de Veículos	32,9	23,4	43,7%	31,2	22,3	39,0%	4,9%	
Corporativo	-34,3	-34,3	-	-37,0	-37,0	-	-7,3%	
<b>Consolidado</b>	221,6	124,2	12,8%	189,5	106,8	11,6%	16,3%	
Itens não recorrentes	0,3	0,3	-	5,7	5,7	-	-	-94,7
<b>Consolidado recorrente</b>	221,9	124,5	12,8%	195,2	112,5	12,2%	10,7%	

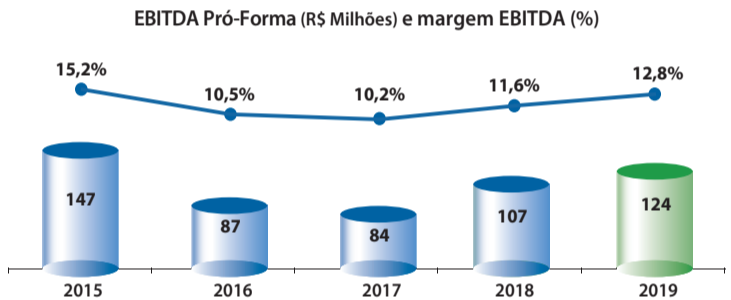
1. A margem EBITDA pró-forma é calculada pela divisão do EBITDA pró-forma pela receita líquida;  
2. O EBITDA realizado da Logística em 2019 não se compara ao realizado em 2018. Em consonância com as regras contábeis referentes ao IFRS 16, a partir de 2019, os gastos com aluguel do Centro de Distribuição de São Bernardo do Campo deixaram de incorrer em Custos/Despesas Operacionais e passaram a ser contabilizados na conta de Resultado Financeiro;

Com a adoção do IFRS 16, o EBITDA dos terminais portuários e da Santos Brasil Logística deixou de refletir os gastos com arrendamento e aluguel. Buscando manter a análise comparativa com períodos anteriores e refletir, com mais precisão, o resultado operacional "caixa" da Companhia, foi calculado o "EBITDA pró-forma", que subtrai as despesas de arrendamento e aluguel do EBITDA reportado.

Como resultado do mencionado desempenho operacional das receitas, custos e despesas, a Companhia registrou, em 2019, um crescimento de 16,3% no EBITDA Consolidado pró-forma, para R\$124,2 milhões, com expansão de margem para 12,8%.

A Companhia incorreu em 2019 em itens não-recorrentes (one-offs) no valor líquido de R\$0,3 milhão. O saldo é resultado de receitas e despesas extraordinárias. Os ganhos não-recorrentes no ano somaram R\$32,6 milhões, cujos fatos geradores foram: acordo judicial com a empresa Zhenhua pelo uso do cais do Teccon Santos, estorno de provisão de despesas com guarda portuária, ajuste contábil da despesa com aluguel de equipamento no Teccon Vila do Conde, a fim de atender às normas do IFRS 16, recuperação de tributos (PIS/COFINS), revisão de contrato bancário referente à folha de pagamentos, reversão parcial do pagamento relativo ao FAP/Fator Acidentário de Prevenção), ajustes no cálculo do PDD e outros ganhos referentes a processos trabalhistas e recuperação de tributos.

As despesas não-recorrentes totalizaram R\$32,9 milhões no ano e são representadas por: rescisões e indenizações trabalhistas decorrentes do processo de readequação da estrutura organizacional, honorários advocatícios pagos pelo Exatô obtido em processo que a Companhia era parte, provisões de processos tributários e despesas com consultoria e assessoria.



### Lucro Líquido

R\$ milhões	2019	2018	Variação %
<b>EBITDA</b>	221,6	189,5	16,9%
Depreciação e Amortização	135,7	124,1	9,4%
<b>EBIT</b>	86,0	65,4	31,3%
Resultado Financeiro	-61,0	-57,2	6,6%
IRPJ / CSLL	-9,6	-5,2	84,6%
<b>Lucro Líquido</b>	15,4	3,0	396,8%

Em 2019, devido ao IFRS 16, houve incremento nas despesas de amortização do ativo imobilizado, impactando diretamente o resultado do exercício, que somou R\$15,4 milhões.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício incidirão as seguintes deduções ou acréscimos, realizados decrescentemente e na seguinte ordem:

- 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social;
- Montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;
- Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;
- 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e
- a parcela remanescente do lucro líquido ajustado após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76; (ii) reforço de capital de giro; e podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório.

### Divida e Disponibilidades

(R\$ milhões)	Moeda	31/12/2019	31/12/2018	Variação %
<b>Curto Prazo</b>	Nacional	50,4	95,8	-47,4%
	Estrangeira	3,7	34,3	-89,2%
<b>Longo Prazo</b>	Nacional	370,2	82,0	351,5%
	Estrangeira	12,1	15,3	-20,9%
<b>Endividamento Total</b>		436,4	227,4	91,9%
<b>Caixa, equivalentes e aplicações financeiras</b>		425,4	253,7	67,7%
<b>Divida Líquida</b>		11,0	-26,3	-141,8%

A Companhia encerrou 2019 com caixa e equivalentes no montante de R\$425,4 milhões, dívida líquida de R\$11,0 milhões e índice de alavancagem de 0,09 vezes a dívida líquida/EBITDA pró-forma dos últimos 12 meses.

### Investimentos

Em 2019, a Companhia investiu R\$119,9 milhões em suas unidades de negócio, sendo R\$101,7 milhões no Teccon Santos, desembolso que faz parte do Projeto Executivo objeto da prorrogação antecipada do arrendamento do terminal. Os investimentos realizados em 2019 alcançaram o maior nível desde 2011, consolidando o novo ciclo de modernização e expansão dos negócios da Companhia. Do total investido no ano, foram empregados recursos próprios e de terceiros. Os recursos investidos pela Companhia em 2019 tiveram como objetivo a melhoria de produtividade e o aumento de capacidade dinâmica dos terminais.

**Melhores Práticas**

Além de signatários do Pacto Global da ONU desde 2013, a Companhia se compromete com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que envolvem as esferas ambiental, econômica e social, e devem ser atingidos por todos os países do mundo até 2030. A Santos Brasil contribui com o alcance dos objetivos, guiando sua estratégia por quatro aspectos-chaves: (i) saúde e segurança; (ii) emissões de CO2, consumo de água e gestão de resíduos; (iii) transparência e práticas anticorrupção; e (iv) desenvolvimento humano.

Sua mantidas políticas formais que norteiam as operações e condutas, como a de *Compliance*, estabelecidas com o propósito de reforçar o compromisso da Companhia com os mais elevados padrões de ética e integridade no desenvolvimento das atividades, que passou por uma ampla reestruturação no ano de 2019.

A Política de *Compliance* contempla ainda a Política de Direitos Humanos, em vigor desde 2017, com diretrizes de respeito, promoção e preservação dos direitos essenciais nos relacionamentos com clientes, funcionários, fornecedores e terceiros. Complementa essa estrutura o Comitê de *Compliance*, que possui regimento interno próprio, e o Portal *Confidencial*, por meio do qual podem ser encaminhadas demandas de todos os nossos públicos. Em 2019, o canal registrou 248 chamadas, das quais 84,7% denúncias, 12,9% reclamações e 2,4% sugestões. Todas são inicialmente tratadas por auditoria interna e encaminhadas ao Comitê de *Compliance*, que avalia medidas e sanções a serem adotadas.

Outro instrumento que respalda os relacionamentos da Companhia é o trato com o meio ambiente e a Política de Sustentabilidade, cujos objetivos, entre outros, consistem em assegurar uma governança corporativa transparente e justa; levar cada vez mais a Santos Brasil a ser uma empresa ambientalmente responsável, evitando impactos negativos das operações; e atuar em benefício da comunidade e da sociedade. Na garantia de cumprimento desses propósitos, atua o Comitê de Sustentabilidade, responsável pela definição de metas socioambientais e pelo monitoramento das iniciativas desenvolvidas para reduzir acidentes e emissões de CO2, geração de resíduos e consumo de água e energia elétrica.

Tudo o quadro funcional é regido pelo Código de Conduta, que foi reatualizado em 2019, e o Regulamento de Pessoal. Em 2019, a Companhia realizou treinamentos aos funcionários para expor as diretrizes do Novo Código de Conduta. Os treinamentos foram feitos presencialmente para os colaboradores operacionais e via *e-learning* para os colaboradores administrativos. O Estatuto Social da Santos Brasil também estabelece normas para evitar e gerir conflitos, como a proibição de eleição de conselheiros que sejam acionistas controladores, ocupem cargos em sociedades consideradas concorrentes ou tenham interesse conflitante com a Companhia.

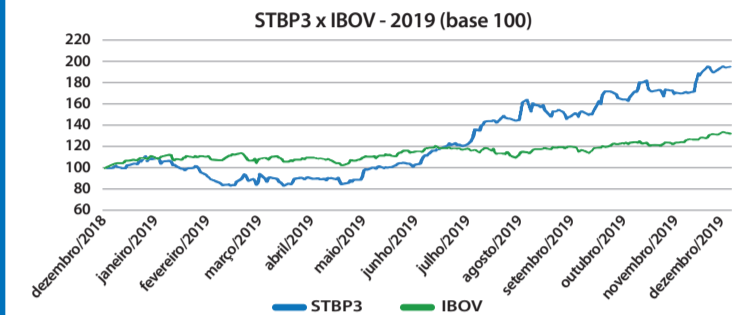
**Inovação e tecnologia**

Em linha com a revolução digital em curso, a Santos Brasil adota o *Viva Voz APP*, aplicativo de relacionamento interno que pode ser instalado em *smartphones*. A ferramenta tem como propósito aumentar o alcance e a agilidade da comunicação, ampliar a integração e o engajamento das equipes e estimular a disseminação da cultura digital na Companhia.

Mais de um terço dos colaboradores já aderiu ao *Viva Voz APP* e se utiliza dele para se manter atualizado sobre as novidades, consultar políticas e procedimentos, tirar dúvidas e acompanhar os principais indicadores corporativos. O próximo passo do projeto é ampliar a integração da plataforma com os sistemas de *Gente & Gestão*, de forma a viabilizar a implantação de novas funcionalidades que facilitem a transmissão e segurança da informação, reduzam custos e impulsionem a produtividade, como consultas a banco de horas, escalas de trabalho, treinamentos e acompanhamento de protocolos diversos.

**Evolução das ações**

No encerramento de 2019, o valor patrimonial por ação registrado foi R\$2,00, enquanto o valor de fechamento negociado na B3, no dia 30 de dezembro de 2019, foi R\$8,19 (R\$4,23 no ano anterior), resultando em uma valorização de 93,4% no período. O valor de mercado da Companhia alcançou R\$5.478,95 milhões no fim de 2019, com um volume financeiro médio diário de negociação de R\$11,7 milhões no ano.



**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

Ativos	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.a)	108.462	189.069	266.376	253.663
Aplicações financeiras	5.b)	159.067	—	159.067	—
Contas a receber	6	81.352	67.949	120.432	113.369
Estoques	7	19.156	19.721	22.771	23.129
Ativo fiscal corrente	9	3.446	2.577	7.476	12.295
Dividendos a receber	4.a)	3.632	—	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	27.a)	—	792	—	792
Outros ativos		17.555	5.035	21.913	6.401
Total dos ativos circulantes		392.670	289.609	598.035	409.649
<b>Não Circulantes</b>					
Depósitos judiciais	15	274.770	256.891	284.401	266.369
Ativo fiscal diferido	24.b)	51.222	37.818	65.637	56.577
Precatórios a receber	8	—	—	5.605	5.422
Outros ativos		18.145	17.297	21.223	17.727
Investimentos	10	398.460	384.690	—	—
Ativo imobilizado	11	87.924	95.847	220.055	238.275
Ativo intangível	12	1.661.760	1.571.537	2.001.166	1.864.312
Total dos ativos não circulantes		2.492.281	2.364.080	2.598.087	2.448.682
<b>Total dos Ativos</b>		<b>2.884.951</b>	<b>2.653.689</b>	<b>3.196.122</b>	<b>2.858.331</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado			
		Reserva de lucros			
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<b>Saldo Reapresentados em 31 de Dezembro de 2017</b>					
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas		26	—	—	—
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações		23	—	—	—
Opção exercida		23	—	—	—
Destinação do resultado:					
Reserva legal	18.c)	—	—	—	—
Dividendos intermediários	18.d)	—	—	149	—
Juros sobre o capital próprio creditados		—	—	—	—
Dividendo adicional proposto	18.d)	—	—	—	—
Resultado na alienação de ações em tesouraria	18.c)	—	(914)	—	—
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>1.071.757</b>	<b>65.272</b>	<b>17.388</b>	<b>54.595</b>
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas		26	—	—	—
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações		23	—	—	—
Opção exercida	18.a) e c)	10.150	—	2.106	—
Destinação do resultado:					
Reserva legal	18.c)	—	—	—	769
Dividendos mínimos obrigatórios	18.d)	—	—	—	—
Dividendos adicionais propostos	18.d)	—	—	—	—
Reserva para investimento e expansão	18.c) e d)	—	—	—	2.921
Resultado na alienação de ações em tesouraria	18.c)	—	(308)	—	—
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>1.081.907</b>	<b>67.378</b>	<b>17.080</b>	<b>55.364</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<b>Receitas (Despesas)</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	658.725	607.771	1.113.348	1.062.857
Outras receitas	22.704	8.082	26.645	11.315
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(13.706)	(9.291)	(14.986)	(10.090)
<b>Receitas líquidas</b>	<b>667.723</b>	<b>606.562</b>	<b>1.125.007</b>	<b>1.064.082</b>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(100.980)	(121.871)	(187.828)	(202.092)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(110.094)	(99.565)	(222.031)	(216.511)
Outros	162	(661)	(101)	(1.093)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>(210.912)</b>	<b>(222.970)</b>	<b>(409.960)</b>	<b>(419.696)</b>
Depreciações, Amortizações e Exaustão	456.811	384.465	715.047	644.386
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	(97.456)	(93.843)	(135.650)	(124.166)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	359.355	290.622	579.397	520.220
Equivalência patrimonial	34.819	40.045	—	—
Receitas financeiras	30.314	17.185	37.455	25.246
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>65.133</b>	<b>57.230</b>	<b>37.455</b>	<b>25.246</b>
Distribuição do Valor Adicionado	424.488	347.852	616.852	545.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018**

**1. Contexto Operacional**

A Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcio, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba.

**a) Contexto operacional da Companhia:** A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97. Em 30 de setembro de 2015, foi celebrado o Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69/97 de 28 de novembro de 1997, referente à filial operacional Tecon Santos, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a intervenção da ANTAQ e da CODESP. O Quinto Aditamento prorrogou, de forma antecipada, o prazo de vigência do contrato de arrendamento até 28 de novembro de 2047.

A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 01/07 - Administração do porto. Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba ("TCG Imbituba"), sob contrato de arrendamento e seu aditivo nº 1 com vigência de junho de 2007 a junho de 2032, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém e com atribuição preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integradas:

Controladas diretas:	Participação - %	
	31.12.2019	31.12.2018
Numeral 80 Participações S.A. ("Numeral 80") *	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos") **	100	100
Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística") *	100	100
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV") *	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("Terminal de Veículos/TEV") *	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Tecon Vila do Conde") *	100	100
* Companhia operacional; ** Holding.		

**b) Contexto operacional da controlada Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística"):** A controlada Santos Brasil Logística, tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Alfandegados - CLIAS. **c) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. ("Terminal de Veículos/TEV"):** Em janeiro de 2010, a controlada Terminal de Veículos/TEV, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando a movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data. Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao Terminal de Veículos/TEV, já prevista

**Direito dos acionistas**

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia concluiu a migração para o Novo Mercado, segmento mais rigoroso de governança corporativa da B3. As ações da Companhia passaram então a ser negociadas exclusivamente na forma de ações ordinárias (ONs), garantindo-se para cada ação o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, restando vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. O Capítulo II do Estatuto Social da Companhia trata do Capital Social e Ações, de sua divisão e respectivos direitos, sem prejuízo de outros mecanismos de proteção previstos em disposições estatutárias específicas.

**Auditoria independente**

As demonstrações financeiras da Santos Brasil e das suas controladas são auditadas pela KPMG Auditores Independentes, cuja escolha compete exclusivamente ao Conselho de Administração.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) promover os interesses do seu cliente; condições que foram observadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, além dos serviços de auditoria externa, foram contratados serviços de consultoria contábil pela KPMG Assessores Ltda, com início em 09/05/2019 e término em 31/12/2019, com custo total de R\$338 mil.

**DESEMPENHO SOCIAL**

**Capital humano**

Ao fim de 2019, a Companhia era composta por 3.026 funcionários, sendo 2.336 locados na Baixada Santista, 142 em Imbituba, 234 no Planalto Paulista e 329 em Vila do Conde.

O plano de remuneração da Companhia tem como principal diretriz a meritocracia. Além de receberem rendimentos fixos e pacote de benefícios, de acordo com a unidade os funcionários participam do Plano de Participação nos Resultados (PPR).

As avaliações de desempenho individuais e coletivas estão atreladas às competências técnicas e à aderência cultural dos funcionários. Realizamos avaliações periódicas para que o avaliado visualize seus gaps de forma objetiva, elaborando um plano de desenvolvimento individual, com o apoio de seu mentor.

Elaboramos constantemente Planos de Treinamentos que abrangem programas de aprendizagem contínua para o desenvolvimento de competências técnicas e gerências de nossos funcionários. Um de nossos programas é o "Formação de Líderes", que tem como público-alvo gestores da empresa. Nossos aprendizes também possuem programas de desenvolvimento específicos, abrangidos por encontros com temas determinados e avaliação por competências, além das aulas teóricas previstas no programa. O objetivo é desenvolvê-los e prepará-los para o mercado.

Na Santos Brasil, Diversidade e Inclusão fazem parte da estratégia e da cultura da Companhia, incorporando diferentes perspectivas, experiências e visões de mundo, proporcionando mais inovação na busca de resultados.

	2019	2018	
Número de funcionários	3.041	3.026	
Turnover	10,11%	8,13%	
Turnover por localização geográfica	São Paulo	11,15%	7,34%
	Pará	5,47%	14,14%
	Santa Catarina	2,81%	8,86%
	Distrito Federal	0,00%	0,00%
Investimento em treinamento (R\$ milhões)	R\$0,219	R\$0,07	
Fundos de seguridade	Previdência Privada *	Previdência Privada *	
Outros planos sociais	—	—	
Nível educacional	Sem escolaridade	0	0
	Ensino Fundamental incompleto	47	45
	Ensino Fundamental completo	182	193
	Ensino Médio incompleto	62	53
	Ensino Médio completo	1.923	1.914
	Técnico incompleto	5	5
	Técnico completo	165	167
	Superior incompleto	71	73
	Superior completo	517	512
	Pós-graduação	68	63
	Mestrado	1	1
Doutorado	0	0	

\*Benefício abrange funcionários do Tecon Santos

**Segurança**

A Santos Brasil investe continuamente em segurança, um de seus valores corporativos. Em 2019, foi promovida a campanha "Zero Acidente", que tem como principal objetivo reforçar a importância da segurança no ambiente de trabalho e, principalmente, disseminar a cultura de prevenção de riscos e acidentes. Os frutos já estão sendo colhidos, por exemplo, no Tecon Imbituba, que já opera há mais de um ano sem acidentes com afastamento.

Os cuidados com a segurança se estendem às cargas que as unidades da Companhia movimentam. Como exemplo, o Centro de Distribuição está dotado de detectores de fumaça, *sprinkler*, instalações elétricas à prova de explosão, sistemas de calhas inteligentes ao tanque de contenção, sistemas de alarme e de espuma para líquidos inflamáveis e brigada de incêndio, entre outros equipamentos necessários ao atendimento de excelência aos clientes.

**Desenvolvimento Socioambiental**

A Santos Brasil atua sob valores sólidos, comprometidos em torná-la referência nos mercados em que está inserida, a partir de serviços eficazes, ágeis e seguros, que respeitam o meio ambiente, os indivíduos e as comunidades. O compromisso com a preservação ambiental e a redução do consumo de recursos naturais está traduzido em iniciativas como o "Programa Frota Verde", o "Programa Gestão de Resíduos" e as iniciativas com foco na redução do consumo e de perdas de água.

**Emissões**

Em 2019, as emissões totalizaram 33.515 toneladas de CO2e. Em intensidade de emissões, as operações portuárias da Companhia registraram 13,29 kgCO2e/TEU, redução de cerca de 5% em relação ao ano anterior.

Em logística, os indicadores de intensidade de emissão apresentaram uma boa performance em relação ao ano passado. O Centro de Distribuição de São Bernardo apresentou uma diminuição de 12,2% em 2019 no indicador kgCO2e/TEU, atingindo 0,36. Os armazéns alfandegados (CLIAS), embora sejam as operações que possuem o maior indicador kgCO2e/TEU (23,62), apresentaram queda de 5,6% em 2019.

**Água**

A atenção à crise hídrica está refletida em iniciativas como a lavagem a seco de veículos e equipamentos para transporte rodoviário - sistema no qual a água é substituída por produtos biodegradáveis, que não agredem o meio ambiente.

A Santos Brasil investe também em outros projetos e ações para a redução no consumo e a reutilização do recurso, como cantina de água da chuva e Estação de Tratamento de Efluentes com geração de água para reúso. Os reflexos dessas iniciativas apareceram nos indicadores de consumo de água por m³, que apresentaram diminuição de 24,8% em 2018 e 10,3% em 2019.

**Resíduos**

Dos resíduos sólidos gerados nas unidades da Companhia, 77% são recicláveis (versus 71,2% em 2018). Ainda assim foram realizados investimentos em educação ambiental e soluções, como o tratamento de resíduos orgânicos gerados nos refeitórios das unidades, instalado no Tecon Santos e no CLIA Santos.

Por conta das características dos serviços prestados pelos terminais que movimentam carga geral, como Imbituba e Vila do Conde, a Companhia produziu 623 toneladas a mais de resíduos recicláveis em 2019, tendo relação direta com o aumento de movimentação expressivo desse tipo de carga apresentado nos dois terminais.

**Comunidades**

O Programa Formare Aprendiz é um dos exemplos de iniciativas adotadas para agregar valor dentro e fora do ambiente de trabalho. Em 2019, o programa completou dez anos do início da primeira turma, com números relevantes: 271 jovens formados, 102 contratados pela Santos Brasil e 1,8 mil horas de aulas ministradas pelos funcionários da Companhia. Pioneira no setor portuário, a iniciativa, em parceria com a Fundação Iochpe, oferece curso profissionalizante a jovens de 18 e 19 anos provenientes de famílias em situação de desvantagem econômica e social, residentes no Guarujá, que estejam cursando o 3º ano do Ensino Médio ou tenham concluído o curso nas escolas públicas do município. O sucesso do programa se deve, em grande parte, ao engajamento dos funcionários que atuam como educadores. Em 2019, foram 80 envolvidos, porém, ao longo dos dez anos de Formare no Tecon Santos, mais de 400 pessoas compartilharam seu tempo, talento e conhecimento para atuar na formação de jovens, ministrando aulas práticas e teóricas. Muitos deles foram contratados pela Santos Brasil, retornaram à sala de aula e passaram a desempenhar o papel de educadores para as novas gerações de alunos do programa.

Adicionalmente, com a intenção de incentivar o empreendedorismo nas regiões aonde a Santos Brasil atua, em parceria com a Rede Asta, foi viabilizada a realização de minicursos presenciais gratuitos de inclusão digital, montagem de coleções, precificação e vendas *online* para artesãs de Belém, no Pará; Imbituba, em Santa Catarina e Santos, em São Paulo. Por meio da ação, foram aportados recursos para investimentos na plataforma digital da Rede Asta, que hospeda a Escola de Negócios das Artesãs. O incentivo possibilitou também o desenvolvimento de novos cursos *online* em formato de vídeos/aulas, com acessibilidade completa também para deficientes auditivos. Entre os temas desenvolvidos estão: Saúde e Segurança, Ética e Relação de Trabalho e Remuneração Justa.

A plataforma da Rede Asta disponibiliza conteúdo especializado sobre negócios, que ensina como comercializar produtos feitos à mão, gerir e aperfeiçoar a produção e criar mercadorias melhores. Promove a troca de experiências entre as artesãs por meio de espaços virtuais e ainda conecta empreendedoras com clientes.

Em paralelo a essas ações, a Companhia apoia no Guarujá o Instituto Novos Sonhos, responsável pelo atendimento de cerca de 10 crianças e adolescentes na comunidade Aldeia, vizinha ao Terminal de Veículos (TEV). O projeto oferece aulas de *ju-jitsu* e ações de inclusão social para as famílias dos



**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Finitos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018**

**6. Contas a Receber de Clientes**

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
No País	90.739	81.944	90.739	81.944
A Futurar	3.112	-	3.112	-
Partes relacionadas (nota explicativa nº 4.b)	428	352	428	352
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(12.927)	(14.347)	(12.927)	(14.347)
Total	81.352	67.949	81.352	67.949

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF  
 Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL  
 Crédito a recuperar de Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização - FUNDAF  
 Créditos de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS  
 Outros  
 Total do circulante  
 Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$3.492 (R\$2.559 em 31 de dezembro de 2018), referem-se, principalmente, a aplicações financeiras. Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$910 (R\$87 em 31 de dezembro de 2018), referem-se, principalmente a antecipações nas apurações mensais. Tais créditos serão compensados nas apurações dos exercícios futuros. Os créditos consolidados de PIS e COFINS, no montante de R\$1.850, referem-se à controlada Teccon Vila do Conde, que impetrou mandado de segurança no intuito de excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi considerado procedente, gerando o direito creditório, referente ao período de outubro de 2012 a dezembro de 2019. Tais créditos estão sendo compensados nas apurações mensais das próprias contribuições. Os créditos consolidados de FUNDAF, no montante de R\$969, referem-se, a recolhimento indevido na controlada Teccon Vila do Conde, conforme artigo 6º do Decreto-Lei nº 1.437/75, decorrentes de pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a abril de 2017. Em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$9.295, referem-se à controlada Santos Brasil Logística, decorrentes de pagamentos efetuados no período de maio de 2013 a setembro de 2018.

**10. Investimentos - Controladora**

**a) Composição dos saldos:**

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo não circulante:		
Participações em controladas	398.460	384.690

**b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2018:**

	31.12.2019	31.12.2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018	142	22
Aporte de capital	200	40
Equivalência patrimonial	(135)	(28)
Dividendo complementar conforme AGO de 30 de abril de 2019 (*)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (*)	-	-
Passivo atuarial - Assistência Médica Complementar	-	(965)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	207	34

Ativo não circulante: Participações em controladas

(\*) Os dividendos pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Investimentos".

**c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2017:**

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Material de manutenção	17.724	18.305	20.839	21.232
Material administrativo	308	307	418	413
Material de segurança	271	258	470	455
Outros	853	851	1.044	1.029
Total	19.156	19.721	22.771	23.129

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

**8. Precatórios - Consolidado**

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	5.605	5.422

Ativo não circulante: Precatórios a receber

Passivo não circulante: Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (\*)

(\*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica "Outras obrigações", no passivo não circulante. A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenamento de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2019 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo não circulante foi ajustado, considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

**9. Ativo Fiscal Corrente**

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.395	2.448
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	47	47
Outros	4	82
Total do circulante	3.446	2.577

**11. Imobilizado**

	31.12.2019	31.12.2018
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9,4	236
Equipamentos de movimentação de carga	8,1	11,211
Imobilizações em andamento (*)	13,136	
Equipamentos de informática	20	5,380
Terrenos	39,943	9,390
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	9,390
Instalações, móveis e utensílios	10	2,135
Veículos	20	183
Imóveis	1,7	1,927
Outros itens	10	28
Total	83,569	

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF  
 Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL  
 Crédito a recuperar de Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização - FUNDAF  
 Créditos de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS  
 Outros  
 Total do circulante  
 Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$3.492 (R\$2.559 em 31 de dezembro de 2018), referem-se, principalmente, a aplicações financeiras. Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$910 (R\$87 em 31 de dezembro de 2018), referem-se, principalmente a antecipações nas apurações mensais. Tais créditos serão compensados nas apurações dos exercícios futuros. Os créditos consolidados de PIS e COFINS, no montante de R\$1.850, referem-se à controlada Teccon Vila do Conde, que impetrou mandado de segurança no intuito de excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi considerado procedente, gerando o direito creditório, referente ao período de outubro de 2012 a dezembro de 2019. Tais créditos estão sendo compensados nas apurações mensais das próprias contribuições. Os créditos consolidados de FUNDAF, no montante de R\$969, referem-se, a recolhimento indevido na controlada Teccon Vila do Conde, conforme artigo 6º do Decreto-Lei nº 1.437/75, decorrentes de pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a abril de 2017. Em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$9.295, referem-se à controlada Santos Brasil Logística, decorrentes de pagamentos efetuados no período de maio de 2013 a setembro de 2018.

**10. Investimentos - Controladora**

**a) Composição dos saldos:**

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo não circulante:		
Participações em controladas	398.460	384.690

**b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2018:**

	31.12.2019	31.12.2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018	142	22
Aporte de capital	200	40
Equivalência patrimonial	(135)	(28)
Dividendo complementar conforme AGO de 30 de abril de 2019 (*)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (*)	-	-
Passivo atuarial - Assistência Médica Complementar	-	(965)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	207	34

Ativo não circulante: Participações em controladas

(\*) Os dividendos pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Investimentos".

**c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2017:**

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Material de manutenção	17.724	18.305	20.839	21.232
Material administrativo	308	307	418	413
Material de segurança	271	258	470	455
Outros	853	851	1.044	1.029
Total	19.156	19.721	22.771	23.129

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

**8. Precatórios - Consolidado**

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	5.605	5.422

Ativo não circulante: Precatórios a receber

Passivo não circulante: Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (\*)

(\*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica "Outras obrigações", no passivo não circulante. A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenamento de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2019 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo não circulante foi ajustado, considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

**9. Ativo Fiscal Corrente**

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.395	2.448
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	47	47
Outros	4	82
Total do circulante	3.446	2.577

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Equipamentos de movimentação de carga

Imobilizações em andamento (\*)

Equipamentos de informática

Terrenos

Máquinas, equipamentos e acessórios

Instalações, móveis e utensílios

Veículos

Imóveis

Outros itens

Total

como base seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo a orientação técnica OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse agio, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Teccon 1 Santos, foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual do contrato de arrendamento. A aquisição do Teccon Vila do Conde foi consumada em 9 de abril de 2008, por meio da controlada Nara Vila, pelo montante de R\$45.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou agio no valor de R\$37.760. Essa transação ocorreu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social do Teccon Vila do Conde. O fundamento econômico do agio na aquisição do Teccon Vila do Conde é de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, sendo amortizado no prazo residual desse contrato. A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da então Unicon, na época arrendatária do TCG Imbituba, por meio da então controlada Tremarctos Participações S.A., foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando agio de R\$18.983. O fundamento econômico do agio de aquisição do TCG Imbituba é de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do referido terminal e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato. **(c) Agio nas aquisições - com vida útil indefinida:** A aquisição da Santos Brasil Logística, na época denominada Mesquita, foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$95.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil, gerou agio no valor de R\$47.576. O fundamento econômico do agio de aquisição da Santos Brasil Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido, todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada. Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o agio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Santos Brasil Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O agio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia. Em

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018**

acarar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo	266.376	159.067
Caixa e equivalentes de caixa	159.067	159.067
Aplicações financeiras	79.225	79.225
Empréstimos e financiamentos	358.471	358.471
Arrendamento mercantil	30.905	30.905
Dívida líquida	41.858	41.858
EBITDA ajustado (*)	118.312	118.312
Dívida líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0 vezes	0,4	0,4

(\*) Para fins de apuração do Índice Financeiro, "EBITDA ajustado" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado de EBITDA menos os pagamentos sobre obrigações com poder concedente (demonstração do fluxo de caixa) referente às parcelas fixa e variável mínima dos contratos de arrendamento.

**15. Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis e Depósitos Judiciais**

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários, trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas demonstrações contábeis em virtude de serem considerados como de chance de perda provável. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão trabalhista (a)	16.124	19.067
Outros para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	11.111	11.111
Outros processos (d)	3.486	2.006
Total	29.164	32.190

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão trabalhista (a)	18.491	22.120
Provisão para processo FAP (b)	12.026	13.839
Outros processos (d)	6.976	2.360
Total	37.493	38.319

Os valores dos depósitos judiciais eram:

	31.12.2019	31.12.2018
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	4.365	3.297
Processo FAP (b)	5.639	5.426
Processo CADE - multa (c)	2.310	2.255
Processo CADE - faturamento TRA (c)	200.802	187.220
Outros processos (d)	1.053	1.246
Outros depósitos judiciais (e)	41.610	42.344
Subtotal	255.779	241.808

Relativo a fornecedor:

SCPar (f)	15.083	15.083
OGMO (g)	3.908	3.908
OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra (g)	18.991	15.083
Subtotal	274.770	256.891
Total	284.401	266.369

(a) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$16.124, para os quais existem depósitos judiciais de R\$4.365 e 31 seguros garantindo o montante de R\$55.259; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$2.310, para os quais existem depósitos judiciais de R\$981; e (iii) da controlada Tecon Vila do Conde, provisionados no montante de R\$152, para os quais existem depósitos judiciais de R\$40 e 4 seguros garantindo o montante de R\$3.718. (b) O provisionamento refere-se às imputações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes de trabalho ocorridos nas empresas e estabelecido em funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajudada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$5.639, e de suas controladas composto de: (i) R\$1.350 - Santos Brasil Logística; (ii) R\$565 - Tecon Vila do Conde; e (iii) R\$256 - Terminal de Veículos/TEV. Posteriormente, foi ajudada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajudadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais. (c) Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cis arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos. A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada no âmbito do CADE a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retornar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$136.692 e R\$2.310, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$64.110. Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$53.572 (R\$47.341 em 31 de dezembro de 2018), estão classificados no passivo não circulante. A mencionada ação judicial foi julgada em primeira instância de forma parcialmente favorável à Companhia em 4 de setembro de 2013, pois decisão anulou a decisão do CADE no que se refere ao impedimento da cobrança dos serviços de segregação e entrega, mas manteve a multa imposta por entender que teria o CADE exercido a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIREX nº 371.2005 e nº 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem à lei. A Companhia interpôs Embargos de Declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o trânsito em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia. Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos: (i) a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a classificar o processo judicial como de "perda remota" até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria. Quanto ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau preferiu decisão contrária, que foi mantida pelo TRF ao negar antecipação de tutela recursal no Agravo de Instrumento por entender inexistir, neste momento processual, o "periculum in mora", justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez a não disponibilidade desses valores para a Companhia. Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litsconsortes no processo e o terceiro contendo judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou, em 2013, a reversão parcial da provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a essas TRAs. Em 26 de março de 2015 foi publicado o acórdão em que a Colema 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, julgou o reexame necessário (recurso do próprio juiz) e as apelações interpuestas pelas partes, decidindo, por unanimidade: (i) dar provimento à concessão liminar, dar provimento parcial ao recurso da Companhia para o fim de anular a decisão do CADE e a consequente imissão de multa; (ii) negar provimento aos recursos do CADE; (iii) dar provimento ao recurso da União Federal para excluir a lei; e (iv) julgar prejudicado o pedido formulado na inicial em face da CODESP. Foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, CADE e Marimex, sendo em 05/2016 publicado acórdão acolhendo parcialmente os embargos opostos pela Marimex e rejeitando os opostos pela Companhia e CADE. A Companhia, CADE e Marimex interuseram Recurso Especial e a Marimex interpôs também Recurso Extraordinário. Os Recursos Especiais interpostos pela Recurso Especial e o CADE foram admitidos e aguardam os respectivos julgamentos perante o Superior Tribunal de Justiça. O Recurso Especial e o Recurso Extraordinário interposto, respectivamente, pela Companhia e Marimex não foram admitidos. Atualmente, aguarda-se decisão no Agravo de Despacho Denegatório do Recurso Extraordinário interposto pela Marimex. Com relação à medida cautelar 0008783-19.2005.4.03.6100, em 07 de dezembro de 2017, o processo foi julgado extinto, sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do interesse de agir, de acordo com o artigo 267, VI, do CPC / 1973, prejudicadas as apelações. O acórdão foi publicado em 25 de abril de 2018, tendo sido certificado o trânsito em julgado em 11 de dezembro de 2018. Assim, em razão do exposto acima e considerando as chances remotas de perdas por seus assessores jurídicos externos, a Companhia, no exercício de 2015, efetuou a reversão da parcela remanescente da provisão para contingências constituída até a sentença retro mencionada.

(d) O provisionamento consolidado, no montante de R\$6.976, refere-se, principalmente: (i) à ação regressiva da seguradora em resposta pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, no montante de R\$1.293; (ii) ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU da Prefeitura Municipal de Santos, no montante de R\$3.063; (iii) auto de infração da União Federal, no montante de R\$200; (iv) ação anulatória de débitos fiscais, no montante de R\$1.614; e (v) outros processos, no montante de R\$806. (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.499 e R\$9.501, respectivamente, cujas provisões foram extorpidas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.883; e (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$17.210; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDUV, no Fundo de Natureza Não Salarial dos Sindicatos dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e CBD, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e cível, no valor de R\$8.832. Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.383 e a processos trabalhistas, no montante de R\$1.529; (ii) controlada Tecon Vila do Conde, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$666, outros depósitos nas esferas tributária e cível, no montante de R\$1.578, e a bloqueios judiciais, no montante de R\$7; (iii) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$56; (iv) em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto e propôs ação de consignação em pagamento para depósito, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2017, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, no montante de R\$15.021, na rubrica "Fornecedores". Em 27 de agosto de 2018, a ação foi julgada procedente, declarando a extinção da obrigação da Companhia, reconhecendo a SCPAR como credora dos valores depositados referentes ao período contratual após 25 de dezembro de 2013 e reconhecendo a Companhia Docas de Imbituba como credora dos valores referentes ao período contratual que antecede o fim da concessão. A SCPAR e a Companhia Docas de Imbituba opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada. Os embargos opostos pela Companhia Docas de Imbituba foram acolhidos corrigindo a data do termo final do Contrato de 25 de dezembro de 2013 para 25 de dezembro de 2012. Atualmente, o processo encontra-se aguardando o julgamento do Recurso de Apelação. (g) Em 26 de março de 2019, a controladora paga pelo Operadores Portuários ao OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra, para custear suas despesas administrativas e operacionais, bem como o passivo das ações existentes, passou a ser calculada com base no volume de toneladas movimentadas por cada Operador Portuário. Este novo modelo diferiu do critério até então vigente, que considerava a quantidade de mão de obra avulsa requisitada ao OGMO para movimentação de carga. Em 1º de abril de 2019, a Ação Ordinária nº 1006328220198260562, visando à nulidade da Assembleia que instituiu a nova forma de contribuição e reconhecendo a legalidade de tal critério. Em sede de tutela de urgência, o Juiz da 8ª Vara Cível de Santos, suspendeu os efeitos da mencionada Assembleia, determinando que a Santos Brasil passasse a depositar, em juízo, o excesso controvérsado, mantendo o pagamento no critério anterior, diretamente ao OGMO. O processo encontra-se em fase de instrução. Em 31 de dezembro de 2019, esses depósitos representavam o montante de R\$3.908. Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$3.071 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos". As movimentações das provisões para contingências, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão trabalhista	19.067	19.067
Provisão FAP	11.117	11.117
Outros processos	2.006	3.486
Total	32.190	32.190

	31.12.2017	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Provisão trabalhista	19.935	394	(7.506)	6.244
Provisão FAP	10.776	841	—	11.617
Outros processos	1.157	1.027	(477)	(700)
Total	32.368	2.261	(7.983)	32.190

	31.12.2017	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Provisão trabalhista	18.491	408	(6.403)	18.491
Provisão FAP	13.839	511	—	12.026
Outros processos	2.360	99	(1.079)	3.976
Total	38.319	2.200	(11.406)	37.493

	31.12.2017	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Provisão trabalhista	15.083	408	(6.403)	15.083
Provisão FAP	12.802	1.037	—	12.802
Outros processos	2.252	1.363	(624)	(631)
Total	37.762	2.808	(9.027)	38.319

(\*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou à probabilidade de perda positiva ou negativa.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$581.770, nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações

contábeis. A movimentação dos processos possíveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, está demonstrada a seguir:

Natureza da ação	Saldo em 31.12.2018	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2019
Aduaneira	15.576	—	(407)	15.169
Cível	39.874	2.287	(2.743)	39.418
Trabalhista	56.293	29.122	(7.815)	77.600
Tributária	394.125	34.461	(13.285)	441.871
Outras	5.417	2.816	(521)	7.712
Total	511.285	68.686	(1.799)	581.770

(\*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente.

**Processo Agio:** Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos-base de 2006 a 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício agravada e multa isolada, no montante de R\$333.495. A contingência está classificada no quadro anterior como de natureza tributária. Segundo o referido auto de infração, a Numeral 80 teria deixado de adicionar ao lucro real e à base de cálculo da CSLL as despesas de amortização do agio decorrente da incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão. A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o agio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal. Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência da decisão da Delegacia da Receita Federal (1ª Turma da DRJ em São Paulo-VS) no sentido de julgar parcialmente procedentes as impugnações apresentadas, com a redução da multa de ofício aplicada para 75%. Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de Recurso de Ofício relativamente à redução da multa (de 150% para 75%). A Companhia e a sua controlada Numeral 80 efetuaram interposição de Recursos Voluntários no prazo regulamentar, sendo que ao curso da controlada Numeral 80, por maioria de votos proferidos pelos julgadores da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, foi dado provimento em sessão regular no dia 14 de setembro de 2016. Na mesma sessão, negou-se provimento ao Recurso de Ofício da Fazenda Nacional. Em 05 de dezembro de 2016, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGNF opôs embargos de declaração, que foram julgados em 11 de abril de 2017, tendo sido acolhidos sem efeitos infringentes, apenas para esclarecer que o Recurso Voluntário da Companhia (responsável solidária) foi julgado prejudicado, uma vez que restou cancelada toda a exigência pelas razões do Recurso Voluntário do devedor principal (Numeral 80). No dia 12 de junho de 2017, a PGNF interpôs Recurso Especial à Câmara Superior do CARF, pretendendo a reforma do julgado proferido pela 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF, sendo apresentadas pela Companhia e Numeral 80 as contrarrazões. Por sua vez, a Companhia, requereu nas contrarrazões que, caso haja o restabelecimento da atuação fiscal, que os autos sejam remetidos à 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF, para análise dos argumentos referentes à impossibilidade da imputação de responsabilidade solidária à Companhia. Em 05 de abril de 2018, a Câmara Superior do CARF, por voto de qualidade, deu provimento ao Recurso Especial interposto pela PGNF, restabelecendo a glosa das despesas de amortização fiscal do agio. Por outro lado, foi reconhecido na decisão o cancelamento definitivo da multa qualificada de 150%, tendo em vista que esta matéria não foi objeto do Recurso Especial da PGNF. Neste contexto, o valor da penalidade objeto do auto de infração reduziu de R\$334.495 para R\$259.001 (valores de dezembro de 2012). Além disso, a Câmara Superior do CARF determinou que o processo fosse remetido à 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF para análise dos argumentos expostos no Recurso Voluntário interposto pela Numeral 80 e Companhia, que deixaram de ser analisados na sessão de 14 de setembro de 2016, em razão do provimento integral do Recurso Voluntário da controlada Numeral 80. Em 12 de novembro de 2019, a 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF deu parcial provimento aos recursos da Numeral 80 e Companhia para apenas acolher a preliminar de decadência relativo ao ano de 2006. Até a publicação da presente Nota, a Companhia aguardava o recebimento da intimação da decisão. O escritório responsável pela defesa da Companhia avalia a probabilidade de perda como possível e que o tempo de conclusão do processo é incerto. **Processo PIS / COFINS:** Em 08 de outubro de 2019, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0816500.2018.00316 lavrado pela Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior, no montante de R\$18.742, referente à cobrança de PIS e COFINS, data base 2015. A Receita Federal entende que a Companhia creditou-se de forma indevida de alguns insumos. Em 1º de novembro de 2019, a Companhia apresentou impugnação, visto que todos os créditos foram gerados em conformidade com a legislação vigente. A Companhia aguarda o julgamento do Auto de Infração.

**16. Obrigações com Poder Concedente**

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

	31.12.2019	31.12.2018
Arrendamento:		
Tecon Santos	529.955	32.090
Tecon Vila do Conde	34.789	1.537
Terminal de Veículos/TEV	564.744	33.627
MMC:		
Tecon Imbituba	346.594	12.556
TCG Imbituba	6.012	228
Terminal de Veículos/TEV	370.380	13.195
Obrigações com poder concedente	833.492	47.074
(-) Curto prazo	(60.811)	—
Longo prazo	772.681	853.802

(\*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

	31.12.2017	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Arrendamento:				
Tecon Santos	426.621	32.290	109.645	568.556
Tecon Imbituba	36.491	1.589	100	38.180
Terminal de Veículos/TEV	463.112	33.879	109.745	606.736
MMC:				
Tecon Imbituba	364.370	12.967	719	378.056
TCG Imbituba	6.012	228	131	6.271
Terminal de Veículos/TEV	370.380	13.195	850	384.425
Obrigações com poder concedente	833.492	47.074	110.595	991.161
(-) Curto prazo	(60.811)	—	—	(60.811)
Longo prazo	772.681	—	—	772.681

(\*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

	31.12.2017	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Arrendamento:				
Tecon Santos	426.621	32.290	109.645	568.556
Tecon Imbituba	36.491	1.589	100	38.180
Terminal de Veículos/TEV	463.112	33.879	109.745	606.736
MMC:				
Tecon Imbituba	364.370	12.967	719	378.056
TCG Imbituba	6.012	228	131	6.271
Terminal de Veículos/TEV	370.380	13.195	850	384.425
Obrigações com poder concedente	833.492	47.074	110.595	991.161
(-) Curto prazo	(60.811)	—	—	(60.811)
Longo prazo	772.681	—	—	772.681

(\*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

	31.12.2017	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2018
Arrendamento:				
Tecon Santos	426.621	32.290	109.645	568.556
Tecon Imbituba	36.491	1.589	100	38.180
Terminal de Veículos/TEV	463.112	33.879	109.745	606.736
MMC:				
Tecon Imbituba	364.370	12.967	719	378.056
TCG Imbituba	6			

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018**

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa. Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-MFVG, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções. O prazo de exercício reflete o período de 24 meses para os Planos até 2016 e para os Planos a partir de 2017 reflete o período de 36 meses, sendo todos contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais. O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiados das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*. Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$1.207 (R\$4.023 em 31 de dezembro de 2018). Em 2018, foi exercido parte do programa de 2017, tendo o custo referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$110. Em 2019 foram exercidos parte dos programas de 2017 e 2018, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$385, ambos contabilizados em reservas de capital. Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2019, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 2,13% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,67%.

**b) Plano de incentivo atrelado a ações:** Performance Shares: Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se a meta for alcançada pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de Performance Shares será realizada em um único lote, após 3 (três) anos ("Período de Carência"), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão ("Data Inicial"). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de Performance Shares, caso as metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento de funcionário (rescisão ou demissão) as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas. Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de Performance Shares dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Programas	Quantidade de ações outorgadas		Valor das ações - R\$ (*)		Quantidade de ações exercidas		Valor das vendas/caducas		Quantidade de ações - saldo	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
23/08/17 - Programa 2017	1.970.443	2.31	22.436	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007
- Lote Anual	1.970.443	2.31	22.436	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007
Total das ações outorgadas	1.970.443	2.31	22.436	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007	1.648.007

\* Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.  
A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$860 (R\$1.517 em 31 de dezembro de 2018). Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2019, não foram exercidas opções e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,25%.  
**Matching de ações:** Será outorgado aos beneficiários, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se a meta for alcançada pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de Matching de ações será realizada em um único lote, após 3 (três) anos ("Período de Carência"), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão ("Data Inicial"). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de Matching de ações, caso as metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento de funcionário (rescisão ou demissão) as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas. Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de Matching de ações dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Programas	Quantidade de ações outorgadas		Valor das ações - R\$ (*)		Quantidade de ações aderidas/entregues		Valor das vendas/caducas		Quantidade de ações - saldo	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
23/08/17 - Programa 2017	903.896	2,31	200.674	703.222	703.222	703.222	703.222	703.222	703.222	703.222
- Lote Anual	903.896	3 anos	200.674	703.222	703.222	703.222	703.222	703.222	703.222	703.222
28/02/18 - Programa 2018	615.369	3,71	277.678	337.691	337.691	337.691	337.691	337.691	337.691	337.691
- Lote Anual	615.369	3 anos	277.678	337.691	337.691	337.691	337.691	337.691	337.691	337.691
Total das ações outorgadas	1.519.265	3 anos	478.352	1.040.913	1.040.913	1.040.913	1.040.913	1.040.913	1.040.913	1.040.913

\* Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.  
A Companhia reconheceu o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$447 (R\$129 em 31 de dezembro de 2018), pois houve Contrato de Adesão ao referido Programa. Em 2019 foram entregues 10.152 ações, referente a parte dos programas de 2017 e 2018, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$23, ambos contabilizados em reservas de capital. As ações entregues representaram uma diluição na participação dos acionistas menor que 0,01%. Até 31 de dezembro de 2019, foram realizadas adesões de 468.200 ações, caso essas adesões permanecessem até o final do prazo de carência, a partir da sua data de adesão, seu percentual de diluição seria de 30,7%.

**24. Imposto de Renda e Contribuição Social**

**a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos.**  
A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
(Prejuízo) / Lucro antes da tributação	6.881	(12.589)	24.996	8.181
Exclusão de equivalência patrimonial	(34.819)	(40.045)	-	-
(Prejuízo) / Lucro antes da tributação ajustado	(27.938)	(52.634)	24.996	8.181
I - Valor-base - IRPJ e CSLL:	(9.523)	(17.919)	8.475	2.757
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(6.705)	(12.632)	5.999	1.963
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(2.818)	(5.287)	2.476	794
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	1.029	2.351	1.385	2.702
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	530	660	530	660
Plano de opção de compra de ações / Performance Share	855	1.928	855	1.928
Outras	1.148	877	1.504	1.228
Exclusões permanentes:				
Opções exercidas	(1.504)	(636)	(1.504)	(636)
Remuneração variável da Diretoria	-	(478)	-	(478)
III - Efeitos dos incentivos fiscais	-	-	(429)	(328)
Incentivos fiscais	-	-	(429)	(328)
IV - Taxa efetiva	-	-	9,29	9,29
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(8.494)	(15.568)	9.211	5.131
Alíquota efetiva	30,40%	29,58%	37,73%	62,72%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	-	-	128	8
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	128	8
VI - Ajustes extraordinários:	-	-	62	63
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	62	63
IRPJ e CSLL - diferidos	(8.494)	(15.568)	9.621	5.202
Total	(8.494)	(15.568)	9.621	5.202

(\*) Refere-se às controladas Numeral 80, TPV e Pará, para as quais os créditos fiscais diferidos serão registrados quando ocorrerem os fatos geradores.

**(b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos:**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<b>Ativo (passivo)</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	18.894	7.147	26.041	13.668
Diferenças temporárias:				
Provisão para perdas de créditos esperadas	3.232	1.163	4.395	3.587
Provisão para contingências	24.439	8.798	33.237	24.450
Amortização do agio	(17.350)	(6.246)	(23.596)	(17.971)
Depreciação	(40.025)	(14.409)	(54.433)	(41.700)
Perda por desvalorização de ativos	5.892	2.121	8.013	6.334
Obrigações com poder concedente	25.182	9.066	34.248	22.764
Outras	9.905	3.725	13.630	13.332
Perdas atuariais	7.125	2.563	9.688	3.514
Total	37.294	13.928	51.222	27.578
Ativo	37.294	13.928	51.222	27.578
<b>Passivo</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	31.803	11.794	43.597	29.218
Diferenças temporárias:				
Provisão para perdas de créditos esperadas	3.584	1.290	4.874	3.994
Provisão para contingências	25.654	9.235	34.889	26.396
Amortização do agio	(27.216)	(9.798)	(37.014)	(27.837)
Depreciação	(46.028)	(16.570)	(62.598)	(47.979)
Perda por desvalorização de ativos	5.892	2.121	8.013	6.334
Obrigações com poder concedente	28.563	10.283	38.846	25.847
Outras	11.581	4.329	15.910	15.127
Precatórios a receber	(1.400)	(506)	(1.906)	(1.354)
Perdas atuariais	9.212	3.316	12.528	3.937
Total	41.645	15.494	57.139	33.683
Ativo	47.893	17.744	65.637	41.371
Passivo	(6.248)	(2.250)	(6.498)	(2.768)

Até 31 de dezembro de 2019, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e às suas controladas Teccon Vila do Conde, Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV.

**25. Resultado por Ação**

**a) Resultado básico por ação:** O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Ordinárias	15.375	2.979
Média ponderada das ações	665.864.720	663.058.549
Resultado por ação básico	0,02309	0,00449

**b) Resultado diluído por ação:** Sobre o resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Ordinárias	15.375	2.979
Média ponderada das ações	665.864.720	663.058.549
Efeitos potenciais de subscrição de opção de ações	3.763.001	8.399.345
Resultado por ação diluído	0,02296	0,00444

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito diluivo no futuro.

**26. Passivos Atuariais - Assistência Médica Complementar**

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.658/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial. Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Hipóteses	31.12.2019	31.12.2018
<b>Hipóteses econômicas:</b>		
Taxa de Desconto	3,38% a.a.	4,05% a.a.
Inflação Econômica	3,00% a.a.	4,90% a.a.
Inflação Médica ("HCCTR")	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade ("Ageing Factor")	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
<b>Hipóteses biométricas:</b>		
Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	10% (Santos Brasil Logística S.A. e 5% (Demais empresas)	10% (Santos Brasil Logística S.A. e 5% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	Mulher: 62 anos Homem: 65 anos	100% na primeira elegibilidade 40%
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	40%	40%
<b>Outras hipóteses</b>		
Composição Familiar	Participantes Ativos 90% Casados	Participantes Ativos 90% Casados
Diferença de Idade Titular / Esposa - 4 anos	Participantes Assistidos	Participantes Assistidos
Família Real	Família Real	

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente das obrigações atuariais	3.969	4.109
Perdas atuariais calculadas	48.322	29.772
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	52.291	33.881

	Controladora	Consolidado
	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente das obrigações atuariais	5.021	4.911
Perdas atuariais calculadas	62.562	36.550
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	67.583	41.464

	Controladora	Consolidado
	31.12.2019	31.12.2018
Saldo Inicial	33.881	28.895
Custo do serviço	1.584	1.795
Juros sobre a obrigação	3.069	3.225
Benefícios pagos no ano (-)	(684)	(911)
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	14.441	877
Saldo Final	52.291	33.881

(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda

Equivalência sobre (Ganho) / Perda

Efeito no patrimônio líquido

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

	Controladora	Consolidado
	31.12.2019	31.12.2018
Efeitos	58.617	37.450
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	46.893	30.783
Taxa de desconto +10% sobre a taxa nominal	55.526	34.894
Tábua de mortalidade +10%	49.459	32.319
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	63.559	41.660
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	39.896	27.935

**27. Instrumentos Financeiros**

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por

meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir ( câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**a) Classificação dos instrumentos financeiros:**

Nível de hierarquia	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:						
Caixa e saldo em bancos	2.550	2.550	18.476	18.476	5.991	5.991
Mensurados pelo custo amortizado:						
Contas a receber	81.352	81.352	67.949	67.949	120.432	120.432
Dividendos a receber	3.632	3.632	4.466	4.466	-	-
Precatórios a receber	-	-	-	-	5.605	5.605
Valor justo por meio do resultado:						
Fundos de investimentos	105.912	105.912	170.593	170.593	260.385	260.385
Outras aplicações financeiras	159.067	159.067	-	-	159.067	159.067
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	792	792		

## Conselho de Administração

<b>Verônica Valente Dantas</b> (Presidente)	<b>Valdecyr Maciel Gomes</b>	<b>José Luis Bringel Vidal</b> (Independente)
<b>Maria Amália Delfim de Melo Coutrim</b> (Vice-Presidente)	<b>Eduardo de Britto Pereira de Azevedo</b>	<b>Felipe Villela Dias</b> (Independente)
<b>Ricardo dos Santos Buteri</b>	<b>Daniel Pedreira Dorea</b>	<b>Ricardo dos Santos Buteri</b>
Diretor-Presidente e Diretor de Operações	Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor Comercial

## Conselho Fiscal

<b>Gilberto Braga</b> (Presidente)	<b>Leonardo Guimarães Pinto</b>	<b>Luis Fernando Moran de Oliveira</b>

## Parecer do Conselho Fiscal

O **Conselho Fiscal da Santos Brasil Participações S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, a proposta da administração para a destinação do lucro líquido do exercício e o orçamento de capital, todos referentes ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2019**. Com base nos documentos examinados, nas

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

**Aos acionistas e administradores da Santos Brasil Participações S.A.**

São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santos Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento de receita - *cut off*

Veja as Notas 3 e 19 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

### Principais assuntos de auditoria

Parte substancial das receitas de serviços da Companhia e suas controladas é proveniente de operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas, cuja transferência do serviço ocorre ao longo do tempo, ou seja à medida que a Companhia e suas controladas prestam o respectivo serviço contratado e o cliente se beneficia dele.

A Companhia e suas controladas efetuam estimativa das receitas cuja transferência do serviço já tenha ocorrido, mas não tenha sido faturado, baseada em critérios definidos para cada contrato de serviços.

Em função da complexidade e julgamento significativo inerente ao processo de determinação do momento de transferência de serviços de operações de cais, desembarço aduaneiro e armazenagem, o reconhecimento da receita pode estar suscetível a erros na determinação de quando e por quanto o serviço foi prestado.

### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processamento de receita;
- (ii) avaliação do montante de receita estimada relativa à serviços já transferidos ao cliente dentro do período de competência.
- (iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes, em especial a divulgação das políticas contábeis da Companhia com relação ao reconhecimento de receita. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sintetizados, consideramos aceitável o reconhecimento de receita, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Veja as Notas 3 e 24 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

### Principais assuntos de auditoria

As demonstrações contábeis individuais consolidadas incluem valores relevantes de ativos fiscais diferidos, relativos a diferenças temporárias e prejuízos fiscais, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. Para elaborar as projeções de lucros futuros, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico.

Devido às incertezas e julgamento inerentes ao processo de determinação das estimativas de lucros tributáveis futuros que são a base para o reconhecimento dos créditos tributários e ao fato de que mudanças nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos e, consequentemente, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Avaliação das premissas e dados utilizados pela Companhia na preparação do estudo de lucratividade fiscal futura, dos componentes entendidos como significativos, através da avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e dados utilizados na preparação do estudo de lucratividade fiscal futura ou na determinação das projeções de fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa comentadas a seguir e de nossa análise dos ajustes feitos pela Companhia a essas projeções para a determinação dos prováveis lucros tributáveis futuros.
- (ii) Comparação dos orçamentos aprovados no exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados fiscais futuros suficientes para suportar que os prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizados.
- (iii) Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências de auditoria obtidas através dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### Valor recuperável do ativo imobilizado e intangível, incluindo *Goodwill* (Ágio)

Veja as Notas 3, 11 e 12 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

<b>Valdecyr Maciel Gomes</b>	<b>José Luis Bringel Vidal</b> (Independente)
<b>Eduardo de Britto Pereira de Azevedo</b>	<b>Felipe Villela Dias</b> (Independente)
<b>Ricardo Schenker Wajnberg</b> (Independente)	
<b>Daniel Pedreira Dorea</b>	<b>Ricardo dos Santos Buteri</b>
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor Comercial
<b>Leonardo Guimarães Pinto</b>	<b>Luis Fernando Moran de Oliveira</b>
<b>Thiago Otero Vasques</b> - CRC nº 1 SP 238735/O-0 - Contador	

análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e tendo em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, KPMG Auditores Independentes, o **Conselho Fiscal** por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação, com indicação de aprovação.

## Principais assuntos de auditoria

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incluem valores de ativo imobilizado e intangível, incluindo Ágio (*Goodwill*) cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que envolvem premissas como crescimento da receita, taxa de desconto, taxa de inflação, entre outras, e à complexidade do processo, que requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises de valor recuperável das unidades geradoras de caixa onde os ativos imobilizado e intangível, incluindo ágio, foram alocados, disponibilizados pela Companhia;
- (ii) Avaliação da razoabilidade da determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para o teste de redução ao valor recuperável;
- (iii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as (UGCs) entendidas com maior risco, as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação das projeções e comparamos com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, inflação e taxas de desconto.
- (iv) Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Baseado nos procedimentos de auditoria executados para testar o valor recuperável do ativo imobilizado e intangível das UGCs e nos resultados obtidos, consideramos que os mesmos são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo.

### Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Veja as Notas 3 e 15 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

### Principais assuntos de auditoria

As provisões para demandas judiciais e administrativas são constituídas pela Companhia e suas controladas para fazer face às perdas prováveis em assuntos relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis. A Companhia e suas controladas, com o auxílio de seus consultores jurídicos internos e externos, exercem julgamento significativo na determinação do valor das provisões a serem constituídas, bem como na divulgação de processos não provisionados, caso a expectativa de perda seja considerada como possível. Em função da relevância dos valores envolvidos e do julgamento para classificação dos processos relacionados ao auto de infração sobre o aproveitamento fiscal da amortização do ágio, para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, dos julgamentos significativos exercidos pela Companhia e suas controladas para constituição das provisões e das divulgações requeridas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Indagação aos responsáveis pela área jurídica sobre o seu entendimento do estágio em que se encontram os principais assuntos fiscais, trabalhistas e cíveis da Companhia e suas controladas.
- (ii) Envio de cartas de confirmação externa aos consultores legais que representam a Companhia e suas controladas nos processos judiciais e administrativos e avaliação das respostas obtidas quanto a informações sobre os montantes envolvidos e avaliação de risco de perda para os assuntos fiscais, trabalhistas e cíveis relevantes em andamento.
- (iii) Com o apoio de nossos especialistas da área jurídica, efetuamos avaliação da classificação como perda provável, possível ou remota para os processos relacionados ao auto de infração sobre aproveitamento fiscal da amortização de Ágio; e
- (iv) Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis é aceitável no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo.

### Benefício pós-emprego

Veja as Notas 3 e 26 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

### Principais assuntos de auditoria

Estimativas significativas são feitas na avaliação do passivo atuarial relacionado a assistência médica complementar de certos profissionais que farão jus ao benefício em período pós emprego. As premissas ou estimativas utilizadas para a valorização desse passivo previdenciário, tais como a taxa de desconto, taxa de inflação e a expectativa de mortalidade/vida, podem ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia e portanto, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Com o apoio de nossos especialistas atuariais, avaliamos as principais premissas utilizadas no cálculo do passivo, tais como, a taxa de desconto, a taxa de inflação e a tábua de mortalidade. Isto incluiu uma comparação das premissas fundamentais versus dados obtidos de fontes externas.
  - (ii) Avaliação dos dados utilizados para determinar essa obrigação, tais como número de funcionários e custas médicas.
  - (iii) Avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o passivo atuarial reconhecido pela Administração no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo.

### Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

<b>José Luis Bringel Vidal</b> (Independente)	<b>Felipe Villela Dias</b> (Independente)
<b>Ricardo dos Santos Buteri</b>	<b>Ricardo dos Santos Buteri</b>
Diretor Comercial	Diretor Comercial
<b>Luis Fernando Moran de Oliveira</b>	<b>Luis Fernando Moran de Oliveira</b>
<b>Thiago Otero Vasques</b> - CRC nº 1 SP 238735/O-0 - Contador	

	São Paulo, 03 de março de 2020		
<b>Gilberto Braga</b>	<b>Leonardo Guimarães Pinto</b>	<b>Luis Fernando Moran de Oliveira</b>	
Presidente do Conselho Fiscal	Membro do Conselho Fiscal	Membro do Conselho Fiscal	

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

	São Paulo, 03 de março de 2020		
	<b>Wagner Petelin</b>		
<b>KPMG Auditores Independentes</b>	Contador - CRC 1SP142133/O-7		
CRC 2SP014428/O-6			